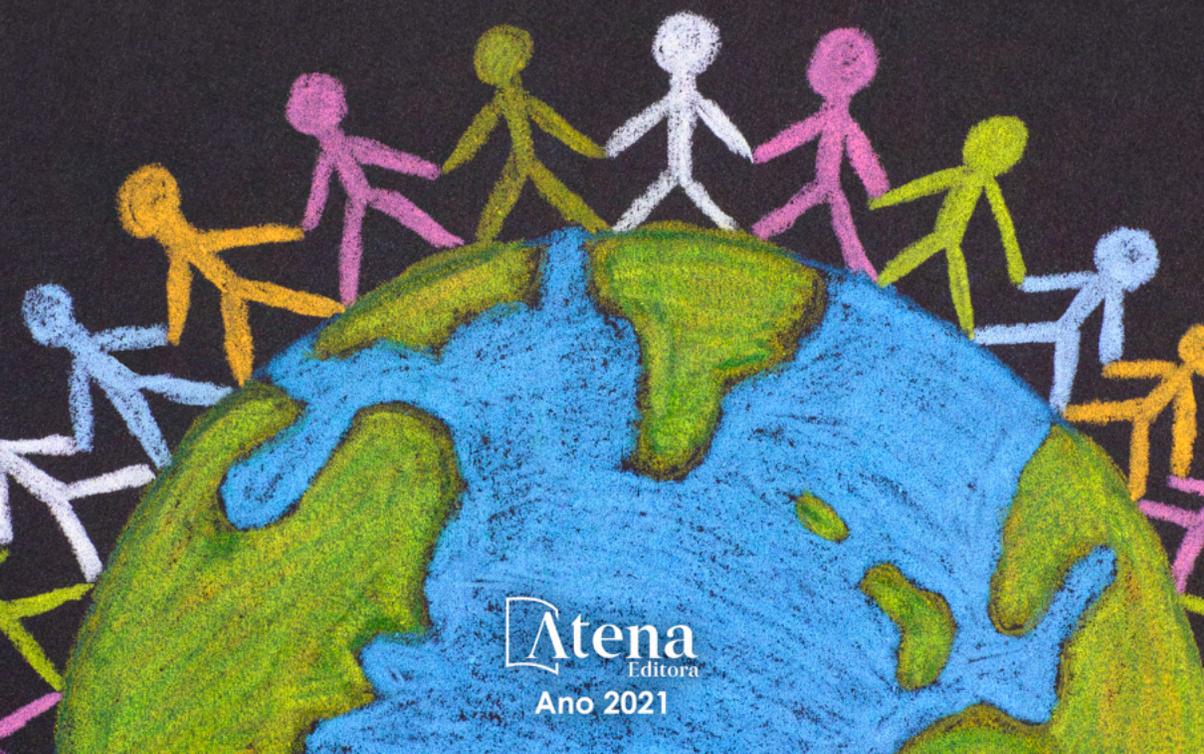


AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(Organizador)

Educação

enquanto fenômeno social:

Democracia e emancipação humana



Atena
Editora
Ano 2021

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(Organizador)

Educação

enquanto fenômeno social:

Democracia e emancipação humana



Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Daphynny Pamplona

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Educação enquanto fenômeno social: democracia e emancipação humana

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação enquanto fenômeno social: democracia e emancipação humana / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-652-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.529210311>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo de trato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. O cenário político de descuido e de trato com as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado “**Educação enquanto fenômeno social: Democracia e Emancipação Humana**”, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, a mulher negra, o trabalhador, a juventude rural, os professores em seus diferentes espaços de trabalho, entre outros.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os diversos capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que o intercrusa.

Neste livro, portanto, reúnem-se trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional, tendo a Educação enquanto fenômeno social importante para o fortalecimento da democracia e emancipação humana.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ACONTECIMENTOS DAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX QUE MARCARAM PARA SEMPRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Aline Cristiane Barbosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5292103111>

CAPÍTULO 2..... 12

ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O DISCURSO DOS DOCENTES DA DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO E A LAICIDADE EM LONDRINA E REGIÃO (2018-2019)

Matheus Pallisser

Fabio Lanza

Vinicius dos Santos Moreno Bustos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5292103112>

CAPÍTULO 3..... 27

EDUCAÇÃO E POBREZA, UMA QUESTÃO SOCIAL E MORAL

Jocilene Eterna Soares dos Santos Lacerda

Maria de Lourdes Leoncio Macedo

Jandira Aquino

Eunice Lisboa

Larissa Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5292103113>

CAPÍTULO 4..... 38

INSTRUMENTO PARA AVALIAÇÃO DE ATIVIDADES DE EAD EM ESTABELECIMENTO DE ENSINO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Lígia Silva Leite

Felipe Jorge Granero

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5292103114>

CAPÍTULO 5..... 57

EDUCAÇÃO DIGITAL: AVALIAÇÃO DE AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

Lígia Silva Leite

Yves de Carvalho Carabajal

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5292103115>

CAPÍTULO 6..... 73

A IMPORTÂNCIA DA PEDAGOGIA E RECREAÇÃO HOSPITALAR PARA CRIANÇAS HOSPITALIZADAS COM DIAGNÓSTICO DE CÂNCER

Patricia Marquart Felice Zarour

Letícia Kuhl Pereira

Ana Maria Nascimento Damiani

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5292103116>

CAPÍTULO 7.....	88
MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO COMO BASE EPISTEMOLÓGICA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Marcella Arraes Castelo Branco Lorena Carvalho Saraiva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5292103117	
CAPÍTULO 8.....	101
A ARTE DE ENSINAR. UM PANORAMA DA HISTORIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E, A ATUAL SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO PAÍS	
Luciene Guisoni	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5292103118	
CAPÍTULO 9.....	106
A DOCÊNCIA NA EAD BRASILEIRA: TENSÕES E DESAFIOS	
Elaine dos Reis Soeira Henrique Nou Schneider	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5292103119	
CAPÍTULO 10.....	123
ESQUEMA DE UN MODELO DE MUERTE Y TABAQUISMO EN LAS CREENCIAS DE FUMADORES Y NO FUMADORES Y SU RELACION CON LA ESCOLARIDAD	
Juan Crisostomo Martínez Berriozábal José de Jesús Silva Bautista Leonel Romero Uribe Rodolfo Hipólito Corona Miranda Fausto Tomás Pinelo Ávila Nallely Venazir Herrera Escobar	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031110	
CAPÍTULO 11.....	145
O ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA NA PERSPECTIVA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO	
Vanusa Daniel da Silva Cícera Cosmo de Souza Maria Nailê Cândido Feitoza de Lima	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031111	
CAPÍTULO 12.....	157
EDUCAÇÃO INFANTIL – O DESPERTAR PARA VERSOS E RIMAS	
Maria Franciane da Silva Oliveira Gicele Monteiro dos Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031112	
CAPÍTULO 13.....	166
(RE) DESENHANDO AMBIENTES DE APRENDIZAGEM HISTÓRICA: UMA PROPOSTA	

DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E METODOLÓGICA PARA OS 1.º E 2.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

Vânia Gabriela Dias Graça
Maria Glória Parra Santos Solé
Maria Altina da Silva Ramos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031113>

CAPÍTULO 14..... 180

EDUCAÇÃO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O SETOR PRIVADO DO SUL MARANHENSE

Edgar Oliveira Santos
Sônia Oliveira Santos
Sancley Estany da Silva Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031114>

CAPÍTULO 15..... 191

“ALUNO/A DO/NO CAMPO”: ESCOLA, CURRÍCULO E IDENTIDADES DOS ALUNOS/AS DO SOME NA AMAZÔNIA PARAENSE

Gleyce Carvalho Castro
Afonso Welliton de Sousa Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031115>

CAPÍTULO 16..... 202

FLASKÔ E O CONTROLE OPERÁRIO: FORMAS ALTERNATIVAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE

João Augusto Pereira do Prado
Maria Carolina Graciano Sugahara
Sofia Bheatrice Gianeri Spada

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031116>

CAPÍTULO 17..... 212

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO PROPOSTA DE ENSINO - ESTUDO DE CASO COM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS-MG QUE IMPLANTARAM ESSE TEMA EM SUA GRADE CURRICULAR

Daniel Goulart de Sousa
Rodrigo Silva Fonseca
Alessandro Leonardo da Silva
Marcelo Robert Fonseca Gontijo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031117>

CAPÍTULO 18..... 224

EDUCAÇÃO INTEGRAL FUNDAMENTADA EM VALORES HUMANOS COM BASE NOS ENSINAMENTOS DE SATHYA SAI BABA

Maribel Oliveira Barreto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031118>

CAPÍTULO 19	236
VALIDAÇÃO DE CHECKLISTS POR PERITOS DA FALA PARA IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS DAS PERTURBAÇÕES DE LINGUAGEM PARA EDUCADORES DA INFÂNCIA	
Aliaska Pereira Aguiar	
Graça Simões de Carvalho	
Simone Aparecida Lopes Herrera	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031119	
CAPÍTULO 20	247
“MANUEL DA ROSÁRIA”: APONTAMENTOS PARA O ESTUDO DAS HISTÓRIA(S) DA EDUCAÇÃO DOS/AS NEGROS/AS NO SUDOESTE DE GOIÁS	
Murilo Borges Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031120	
CAPÍTULO 21	260
LIVROS DIDÁTICOS PNLD CAMPO: QUESTÕES SOBRE ESCOLHA E USO POR PROFESSORES	
Edna Luiza de Souza	
Edilaine Aparecida Vieira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031121	
CAPÍTULO 22	272
DISEÑO E IMPLEMENTACIÓN DE LA CONCENTRACIÓN DE ANIMACIÓN LADT COMO SEMESTRE-I EN MODELO TEC21: UN PASO MÁS HACIA EL NUEVO MODELO EDUCATIVO	
Imelda Asencio del Real	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031122	
CAPÍTULO 23	282
O TRATAMENTO DA ETAPA DA EDUCAÇÃO INFANTIL DURANTE O PERCURSO DA ELABORAÇÃO DA BNCC	
Ana Paula Dal Santo	
Maike Elize Techio	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031123	
CAPÍTULO 24	290
O BULLYING NO DISCURSO DO SUJEITO-ADOLESCENTE	
Rita de Cássia Constantini Teixeira	
Soraya Maria Romano Pacífico	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031124	
CAPÍTULO 25	305
SIMULTANEIDAD ENTRE ESTUDIO Y TRABAJO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR: CARACTERIZACIÓN Y REFLEXIONES	
Andrea Nessier	
Andrea Pacífico	

Fernanda Pagura
Norma Zandomeni

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031125>

SOBRE O ORGANIZADOR.....	320
ÍNDICE REMISSIVO.....	321

O TRATAMENTO DA ETAPA DA EDUCAÇÃO INFANTIL DURANTE O PERCURSO DA ELABORAÇÃO DA BNCC

Data de aceite: 01/11/2021

Data de submissão: 27/08/2021

Ana Paula Dal Santo

Mestra em Educação – UNOCHAPECÓ
Cordilheira Alta-SC
<http://lattes.cnpq.br/7664517748264096>

Maike Elize Techio

Mestra em Ciências Ambientais –
UNOCHAPECÓ
Cordilheira Alta-SC
<http://lattes.cnpq.br/2701185658147607>

RESUMO: Este artigo trata da análise e reflexões a respeito do tratamento dado a etapa da educação infantil durante o percurso de elaboração da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), documento que apresenta as aprendizagens fundamentais que devem ser trabalhadas com os estudantes da Educação Básica. A metodologia utilizada para a investigação se dá a partir de aportes metodológicos da pesquisa qualitativa, com levantamento de dados bibliográficos e documentos oficiais, além de pesquisa na web e sítios na internet, coletando dados por meio de textos e materiais que já foram publicados, e elencamos como método de pesquisa a análise de conteúdos. A partir deste estudo, destaca-se a oportunidade conhecer sobre um recorte do processo de elaboração da BNCC para a educação infantil, visto que esta, serve de base para as construções curriculares e apresenta-se como possibilidade para discutir as problemáticas

que revelam a sua trajetória de elaboração.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Base Nacional Comum Curricular; Educação Básica.

THE TREATMENT OF THE STAGE OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION DURING THE COURSE OF PREPARING THE BNCC

ABSTRACT: This article deals with the analysis and reflections on the treatment given to the stage of early childhood education during the course of elaboration of the Common National Curriculum Base (BNCC), a document that presents the fundamental learning that must be worked with students of Basic Education. The methodology used for the investigation is based on methodological contributions from qualitative research, with bibliographic data collection and official documents, in addition to web and internet sites research, collecting data through texts and materials that have already been published, and we list as a research method the content analysis. From this study, there is an opportunity to know about a part of the process of elaboration of the BNCC for early childhood education, as this serves as a basis for the curricular constructions and presents itself as a possibility to discuss the problems that reveal its trajectory of elaboration.

KEYWORDS: Early Childhood Education; Common National Curriculum Base; Basic education.

1 | INTRODUÇÃO

A etapa da Educação Infantil (EI) no seu percurso histórico têm conquistado espaço e

reconhecimento na legislação e na sociedade brasileira. Reconhece-se que a educação das crianças pequenas, historicamente, foi negligenciada pelas políticas públicas brasileiras. Visto que a história nos apresenta, sob o aspecto legal, que a educação das crianças se situava numa esfera muito distante do caráter educacional, sem o apoio estatal e leis de normatização.

De modo geral, compreende-se que o processo histórico de construção das instituições escolares, teve suas raízes nas abordagens religiosas medievais, que impuseram para além de uma forma de ensinar, uma cultura escolar e um modelo organizacional. E a institucionalização da Educação Infantil percorreu os mesmos caminhos, por ora de caráter assistencialista e dominador. Ao considerar as ações públicas, reforçam-se as convicções de que é preciso garantir e proteger os direitos das crianças a qualidade ao acesso e ao ensino na EI, que são possíveis por meio de investimentos e responsabilidades assumidas nas agendas políticas do poder público.

Todavia, a definição da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96 representa significativos avanços na conquista do direito à educação no país. Ao integrar a Educação Básica, como proposto no artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases, as instituições de Educação Infantil passaram oficialmente a ter como finalidade o desenvolvimento integral do educando, assegurando-lhe uma formação indispensável para o exercício da cidadania, fornecendo-lhe subsídios para ampliar seus saberes (BRASIL, 1996, p.14).

A Educação Infantil torna-se então um espaço privilegiado na de interação das crianças, emergindo nesse processo a necessidade de refletir sobre suas políticas e práticas educacionais. Nesse percurso para além da criação de espaços de formação profissional, emergem as primeiras políticas curriculares e os documentos referentes à elaboração de propostas pedagógicas para orientar o trabalho docente na Educação Infantil no Brasil, buscando a construção de um currículo articulado as especificidades desta etapa, possibilitando experiências de aprendizagens significativas para as crianças.

Neste percurso de organização (político e pedagógico) diversos documentos foram instituídos, dos quais, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases - LDB/1996, não como documento de mais importância, mas pelo fato de anunciar que o currículo necessita de uma base nacional comum e de uma parte diversificada, que contemple as peculiaridades regionais e locais, como também os aspectos relacionados com a cultura e economia dos sujeitos. Na LDB/96 também é afirmado que o currículo da educação infantil necessita abranger obrigatoriamente o estudo da língua portuguesa e da matemática, como também os conhecimentos do mundo físico, natural, a realidade social e política, especialmente do nosso país. (BRASIL, 1996).

A partir destas considerações e congregado a tarefa do componente curricular: BNCC e seus fundamentos, do curso de pós-graduação *latu sensu*¹, é que nos levaram

1 Curso de Especialização em Fundamentos e Organização Curricular, ofertado pela Universidade Comunitária da

à pesquisa de analisar como se deu o movimento de organização curricular da educação infantil no percurso de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Acreditamos que este movimento, é importante para o conhecimento e uma possível compreensão sobre o modo como se consolidou o documento da base, em específico nesta pesquisa, da etapa da educação infantil. Visto que muitos dos profissionais da educação, só tiveram conhecimento e acesso a sua versão final, desconhecendo assim, o percurso de elaboração, as concepções pré-estabelecidas no processo inicial e também as escolhas e renúncias ocorridas no decurso da sua elaboração.

De modo geral, a Base Nacional Comum Curricular é um movimento organizado e pensado para fixar bases educacionais de atendimento das três etapas da educação básica. Pela primeira vez no Brasil, se tem um documento que busca de forma sistemática, trazer um conjunto organizacional de conceitos acerca destas áreas da educação básica. Para a etapa da educação infantil, o documento apresenta uma subdivisão, organizada em três faixas etárias, considerando suas possibilidades de aprendizagem e características de desenvolvimento, assim sendo: bebês – 0 a 18 meses; crianças bem pequenas – 19 meses a 3 anos e 11 meses; e crianças pequenas – 4 anos a 5 anos e 11 meses.

A Base Nacional Comum Curricular na sua versão final trata desta etapa a partir dos eixos estruturantes - interações e brincadeiras - definindo seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento que devem ser assegurados às crianças (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se). Considerando esses direitos são definidos cinco campos de experiências, para os quais são estruturados objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, organizados em três grupos de faixas etárias: de zero a 1 ano e seis meses; 1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses; 4 anos a 5 anos e 11 meses.

Sabe-se que a BNCC da Educação Infantil nem sempre teve este tratamento e organização que aparece na última versão, e dessa forma temos como objetivo deste estudo analisar o tratamento dado à etapa da Educação Infantil durante o percurso da elaboração da BNCC, assim como responder algumas questões norteadoras do estudo. Neste percurso faremos algumas considerações a cerca do tratamento dado a Educação infantil nos ciclo de construção da BNCC.

Buscando atribuir sentido a discussão proposta nesta pesquisa, delineamos a investigação a partir de aportes metodológicos da pesquisa qualitativa, com levantamento de dados bibliográficos e documentos oficiais, além de pesquisa na web e sítios na internet, coletando dados por meio de textos e materiais que já foram publicados. Elencamos como método de pesquisa a análise de conteúdos que nos possibilita a descrição, compreensão e interpretação dos materiais encontrados.

Considera-se que o método é um passo importante na produção de conhecimento, é através dele que o pesquisador poderá encontrar as respostas das suas perguntas. Dessa maneira, as questões norteadoras da investigação são: A BNCC dialoga com as Diretrizes

Curriculares Nacionais para a Educação Infantil? Quais mudanças o documento pode trazer com a organização das aprendizagens em campos de experiências? Na concepção da Base, a criança é considerada o centro do currículo?

2 | SOBRE O PERCURSO DE ELABORAÇÃO DA BNCC ETAPA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A partir do acesso aos documentos oficiais, optamos para o desenvolvimento da análise, selecionar todas as versões escritas da BNCC da EI, e realizar uma síntese de cada uma delas, a fim de buscar compreender o processo de elaboração até a sua versão final.

De acordo com o estudo da Versão Zero² da BNCC (2013) a etapa da Educação Infantil não é contemplada na sua especificidade. Neste percurso inicial, o documento foi direcionado para os últimos anos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e suas modalidades, buscando atender o que está definido no texto Constitucional: *o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*

De maneira geral o documento compreende que o currículo e a ação educativa deverão estar pautados em saberes, conhecimentos, vivências, experiências e atitudes.

O conhecimento, entendido como as compreensões produzidas pelo homem em diferentes contextos, espaços e tempos, sobre si mesmo e sobre as suas relações com as ciências, as normas, os padrões e as regulações sociais ganham a possibilidade, quando elaborados na intencionalidade da educação escolar, de constituírem-se como saberes apropriados pelos estudantes. Tomados em sua processualidade e historicidade os conhecimentos ganham significação ao dialogar com saberes já incorporados, sejam os das vivências cotidianas, sejam os das experiências escolares anteriores possibilitando a reorganização do pensamento. Esse diálogo se faz nas experiências curriculares que, ao serem orientadas por finalidades educativas, deverão ter em conta que os sujeitos destas etapas de ensino constituem-se numa população heterogênea, portadora de vivências, valores, expectativas e que respondem por papéis diferenciados na sociedade. Esta multiplicidade de situações é fonte de enriquecimento das propostas curriculares e dos arranjos institucionais que viabilizam a realização do processo formativo em sua integralidade. O conhecimento, tomado como a matéria-prima do currículo, ganha significado no processo formativo quando vivências e experiências possibilitam novas atitudes dos estudantes no modo destes se situarem no seu espaço imediato, na sua relação com a escola, com seus pares, com o universo mais amplo e com o próprio conhecimento (BNCC, 2013).

Nessa mesma versão Zero reforça o que a Declaração dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1959 e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica de 2009 já definem, em relação à concepção de criança, enquanto um sujeito ativo, ator social e de direitos³. Mesmo não fazendo referência direta a

² Assim foi denominada, pelo grupo de profissionais que participaram deste movimento, a primeira tentativa de construção da base para a etapa da educação infantil.

³ Conceito advindo dos estudos da Sociologia da Infância, a partir da produção de conhecimento sobre as infâncias e

etapa da Educação Infantil, para estabelecer o que se constitui um direito à aprendizagem e ao desenvolvimento, o documento toma por base os pressupostos da Educação Básica, as características e necessidades dos sujeitos a quem ele se destina e as compreensões da aprendizagem e do desenvolvimento, que no âmbito do currículo se expressam na construção, validação e reconstrução de conhecimentos, saberes, vivências, experiências e atitudes.

No ano de 2014 a equipe técnica responsável pela elaboração da BNCC apresentou a versão preliminar dos direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento da Educação Básica. Esses direitos deverão orientar a elaboração da proposta curricular a ser formulada pelas redes de ensino e suas escolas. Assim, ficou definido que o estudante da Educação Básica teria direito a: 1. Reconhecimento das práticas culturais; 2. Valorização dos saberes; 3. Linguagens; 4. Preservação de patrimônios; 5. Formação e atuação política; 6. Integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura; 7. Apropriação de conceitos e procedimentos; 8. Historicidade; 9. Reflexão crítica; 10. Cuidado de si; 11. Autonomia frente a situações-problema; 12. Atuação consciente; 13. Integração de interesses e motivações; 14. Compreensão da centralidade do trabalho.

Na organização da Versão 1(2014) observa-se que os 14 direitos de aprendizagem descritos na Versão Zero, organizados como objetivos fundamentais para o percurso de aprendizagem e desenvolvimento dos sujeitos da Educação Básica, permanecem. Deste modo, a escola não é a única instituição responsável por garantir esses direitos, mas tem um papel importante para que eles sejam assegurados aos estudantes. Entende que a organização dos componentes curriculares deve ser de forma articulada e progressiva, porém diferentemente da Versão Zero, a organização das áreas do conhecimento manifesta-se na contramão do trabalho interdisciplinar, dando ênfase à divisão por disciplinas curriculares.

Destaca também, a importância de que, para uma escola atender os objetivos de aprendizagem, precisa constituir um ambiente acolhedor em que cuidados e convívio promovam a socialização, o estabelecimento de vínculos afetivos e de confiança, juntamente com atividades que promovam a aprendizagem e o desenvolvimento. Para isso o brincar em suas diversas manifestações deve ser contexto promotor do conhecimento de si, do outro e do mundo, em interações amistosas que levem em conta as culturas da comunidade.

Na mesma versão, para todas as etapas de ensino os objetivos de aprendizagem são apresentados a partir das quatro áreas do conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza), tendo como referência os campos de experiências potencializadoras das relações das crianças com múltiplas linguagens e conhecimentos.

No que se referente à etapa da Educação Infantil reforçam-se os três princípios (ético, político e estético), propostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação as crianças. (Sarmiento, 2008; Fernandes, 2009).

Infantil - DCNEI, que devem guiar o projeto pedagógico da unidade escolar. A partir do entendimento do modo como as crianças aprendem, ou seja, convivem, brincam, participam, exploram, comunicam e conhecem, seis grandes direitos de aprendizagem, decorrentes daqueles apresentados nos princípios orientadores da BNCC, devem ser garantidos. São eles: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Comunicar e Conhecer.

Estabelece também, que para potencializar a garantia dos direitos de aprendizagem no cotidiano escolar infantil, a prática pedagógica deve ser pautada em experiências de aprendizagem que serão organizadas então, em Campos de Experiências, isto é, conjuntos formados considerando alguns pontos de convergência entre os elementos que os orientam. Constatamos que pela primeira vez, nos documentos elaborados, há referência aos Campos de Aprendizagem, que aparecem com o objetivo de constituir uma escola que respeite a especificidade das crianças que estão ingressando ao espaço institucional educativo.

Neste percurso de elaboração da versão 1, os campos de experiências são denominados: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Traços, sons, cores e imagens; e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Os objetivos de aprendizagem foram definidos a partir dos direitos de aprendizagem (Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Comunicar e Conhecer).

Ressalta-se quanto a organização dos campos e dos objetivos de aprendizagem, que não houve separação por faixas etárias. Os mesmos organizam-se por meio de um texto, sistematizado, e enfatizam noções, habilidades, atitudes, valores, enfim, experiências que as crianças devem vivenciar no ambiente escolar.

Sobre isto, na Versão 2 da BNCC, podemos observar que os objetivos de aprendizagem passam a ser organizados em três subgrupos etários: bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas. Destacamos que acerca da subdivisão das crianças, que esta não se sustenta teoricamente nem epistemologicamente. Essas categorizações (bebês, crianças bem-pequenas e crianças pequenas) destituem da compreensão de totalidade dos processos infantis, o que demarca retrocesso político educacional no que se refere à pretensão de um projeto de educação integral e integrada das crianças.

Já na Versão 2 e 3 do documento, estas nomenclaturas das faixas etárias se apresentam de forma diferente. Enquanto a Versão 2 divide os objetivos de aprendizagem por bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas, na Versão Final a organização está pautada por idades. O documento apresenta uma nova subdivisão, organizada em três faixas etárias, considerando suas possibilidades de aprendizagem e características de desenvolvimento, assim sendo: *bebês – 0 a 18 meses; crianças bem pequenas – 19 meses a 3 anos e 11 meses; e crianças pequenas – 4 anos a 5 anos e 11 meses.*

Em relação a proposição dos campos de experiências, em nenhum momento os cinco campos de experiência remetem a organização em área de conhecimento. Na Versão 3, transformam-se dois dos campos de experiência em áreas relacionadas à linguagem

oral e escrita e outra ao numeramento, o que desconstrói a lógica inicial dos campos de experiência.

Na Versão 3 também há a mudança na denominação do campo “Escuta, fala, pensamento e imaginação”, que passa a se denominar “Oralidade e escrita”. A alteração foi uma das principais polêmicas do documento enviado ao Conselho Nacional de Educação – CNE em 2017 e motivo de divergência entre especialistas da área. Visto que, a fala e a escuta que foram resumidas em “oralidade”, seriam atividades que além do dito, também incluiriam o presumido, as expressões corporais e o contexto enunciativo. A “escrita” também seria uma articulação de um processo complexo e o título inicial de “escuta, fala, pensamento e imaginação” teria a finalidade de evidenciar a constituição das formas de linguagem e do pensamento.

Outro ponto que gerou discussões e preocupação é o fato de que este campo possa ser interpretado e se efetive enquanto função de preparação para o ensino fundamental. De acordo com a Versão 2 do documento, a imersão na cultura escrita deve partir do que a criança conhece, das suas curiosidades, instigando-a a pensar, a formular hipóteses sobre a escrita, a dialogar com seus pares e com os adultos sobre essas curiosidades e a participar de situações de leitura e de escrita espontâneas.

Observa-se também uma mudança na denominação do campo “Traços, sons, cores e imagens”, que na versão final passa a ser denominado: Traços, sons, formas e imagens, no entanto não fica claro no texto a fundamentação da alteração.

Na Versão Final da BNCC (2017) há ênfase à separação do conhecimento a partir das simples alterações dos nomes dos campos de experiência e do modo como colocou os objetivos. Essa ideia de fragmentar o conhecimento é uma invenção de muitos séculos e que para as crianças não faz sentido. De acordo com a literatura existente, sobre as aprendizagens na educação infantil, os bebês e as crianças pequenas não constroem e elaboram o conhecimento a partir da compartimentação, mas sim, a partir do todo.

No entanto o trabalho que vem sendo realizado em relação ao currículo é respaldado nas Diretrizes Curriculares Nacionais de 2009. Nele, há o entendimento que esse documento fosse organizado em dois eixos (interações e brincadeiras), que o cuidado com as crianças e a educação precisam estar interligados nas práticas pedagógicas. Na BNCC, essas noções continuam, mas existe uma maior ênfase sobre o processo pedagógico nos momentos de cuidado dos adultos com as crianças, inclusive para aquelas que frequentam a creche.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar este movimento de estudo e análise do tratamento dado a Educação Infantil no processo de elaboração da BNCC, considerando as reflexões sobre a institucionalização da EI a partir dos documentos orientadores, foi possível compreender

que as políticas públicas, para a área da educação, foram e são pensadas e planejadas em diferentes tempos históricos, atendendo as necessidades dos diferentes períodos sociais. E que segundo Campos (2004), as dimensões de formação humana são adquiridas por vivências e significados compartilhados,

[...] no cotidiano, nos relacionamentos entre pares e com os adultos, no contato com a natureza, nas experiências refletidas que permitam a superação dos preconceitos, das intolerâncias, dos egoísmos, da ignorância, da alienação, das visões estreitas, na direção de maior liberdade, autonomia e solidariedade. (CAMPOS, 2004, p. 23).

Compreende-se então, que são muitos os desafios da EI na contemporaneidade. E, que ainda há muito a ser feito no campo das políticas educacionais, principalmente de regulamentação. Todavia, vale destacar que em meio aos desafios e conflitos, a educação infantil obteve muitos progressos, principalmente, em relação aos direitos da criança a institucionalização escolar e a organização de propostas pedagógicas para este nível de ensino.

E neste percurso, é possível afirmar que a EI têm conquistado seu lugar na sociedade brasileira, exprimindo a importância de um lugar, que de fato a criança possa vivenciar sua infância, e tenha nele garantido os direitos de aprendizagem por meio da relação com seus pares e adultos. E a BNCC, entre conflitos e confluências, é um movimento muito importante na história da Educação Infantil brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão 3 - Final. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão 2. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão 1. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão Zero. Brasília, 2013.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Ministério da Educação. Brasília: MEC, SEB, 2009.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CAMPOS, M. M. A legislação, as políticas nacionais de educação infantil e a realidade: desencontros e desafios. In: MACHADO, M. L. de A. (Org.). **Encontros & desencontros em Educação Infantil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 17-25.

CAMPOS, R.; BARBOSA, M. C. **BNC e Educação Infantil**: quais as possibilidades? Revista retratos da escola. Brasília, p. 353-366. 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico 166, 168

A

Aluno 18, 21, 22, 24, 32, 39, 54, 59, 60, 61, 64, 66, 68, 69, 79, 85, 101, 102, 113, 115, 121, 147, 152, 157, 161, 162, 164, 166, 167, 168, 169, 175, 176, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 255, 268, 269, 297

Ambiente virtual de aprendizagem 54, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 179

Análise do discurso 290, 291, 292, 293, 297, 299, 303, 304

Aprendizagem histórica 166, 167, 168, 169, 176, 177

Aprendizaje basado en retos 272, 273, 278, 281

Avaliação 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 69, 70, 71, 72, 109, 174, 176, 177, 178, 187, 221, 236, 239, 240, 245, 263, 264, 273

B

Base Nacional Comum Curricular 12, 24, 25, 222, 223, 282, 284, 289

BNCC 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 24, 25, 215, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289

Brinquedoteca 73, 75, 81, 83, 86, 87

Bullying 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 300, 301, 302, 304

C

Checklist 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246

Consciência de classes 202, 208, 209

Coordenador pedagógico 145, 146, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156

Creencias 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

Currículo 17, 18, 27, 30, 32, 79, 81, 85, 147, 168, 178, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 215, 218, 219, 229, 230, 254, 263, 283, 285, 286, 288

D

Democracia 4, 8, 9, 10, 14, 17, 34, 35, 36, 87, 90, 101, 110

Desenvolvimento 2, 3, 5, 7, 27, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 48, 59, 60, 62, 65, 70, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 88, 98, 103, 117, 122, 149, 154, 158, 160, 162, 163, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 180, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 194, 202, 204, 205, 206, 208, 209, 213, 215, 219, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 240, 243, 244, 246, 262, 283, 284, 285, 286, 287, 320

Desenvolvimento de linguagem 236, 239, 243

Dimensão pedagógica 30, 57, 65

Direitos 12, 18, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 76, 77, 78, 85, 103, 104, 117, 191, 192, 193, 194, 200, 203, 204, 205, 228, 261, 283, 284, 285, 286, 287, 289

Ditadura Militar 1, 9, 14, 25, 103

Docência na educação a distância 106, 107, 108, 110, 112, 118, 119, 122

E

Educação 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 55, 56, 57, 58, 61, 70, 71, 72, 75, 77, 78, 79, 80, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 245, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 269, 271, 273, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 294, 296, 320

Educação à distância 122

Educação básica 25, 26, 77, 110, 121, 145, 146, 148, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 209, 222, 248, 258, 260, 262, 263, 271, 282, 283, 284, 285, 286, 320

Educação brasileira 1, 5, 11, 155, 181, 184, 261

Educação digital 57, 58

Educação do campo 191, 192, 193, 194, 197, 198, 199, 200, 201, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 269, 271

Educação especial 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 98, 99, 100

Educação financeira 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223

Educação infantil 25, 77, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 165, 219, 222, 282, 283, 284, 285, 286, 288, 289

Educação integral 26, 224, 225, 229, 233, 287

Educación basada en competencias 272, 273, 281

Educadores 7, 10, 101, 120, 158, 209, 214, 222, 227, 230, 231, 233, 236, 237, 238, 239, 240, 243, 244, 262

Ensino 1, 4, 5, 6, 7, 9, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 35, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 69, 70, 71, 72, 77, 87, 91, 93, 94, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 200, 201, 207, 210, 212, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 222, 229, 230,

231, 247, 248, 249, 251, 252, 253, 258, 260, 261, 262, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 283, 285, 286, 288, 289, 290, 293, 296, 298, 303, 320

Ensino e aprendizagem 70, 71, 115, 147, 157, 158, 161, 162, 168, 170, 229, 230, 268

Ensino Militar 38, 40, 42, 43, 47, 55

Ensino Religioso 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 24, 25, 26

Ensino remoto 145, 146, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 155, 216, 220

Epistemologia 88, 89, 99

Escola 1, 2, 4, 17, 18, 23, 25, 28, 37, 77, 78, 79, 80, 85, 86, 87, 91, 93, 99, 101, 102, 103, 104, 120, 121, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 163, 164, 165, 170, 187, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 206, 209, 210, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 225, 229, 230, 247, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 270, 271, 285, 286, 287, 289, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 298, 300, 301, 303

Escolaridade 123, 125, 128, 129, 130, 134, 137, 138, 140, 141

Escolas do campo 191, 194, 195, 196, 198, 199, 260, 261, 263, 265, 267, 269, 271

Expansão 3, 6, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 259

F

Fábricas ocupadas 202, 203, 207

Formação leitora 157, 158, 159, 161, 162, 164

H

Humanização 33, 73, 74, 76, 77, 86, 87, 163, 294

I

Identidade 13, 18, 108, 116, 120, 122, 149, 155, 156, 166, 172, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 201, 252, 294, 295, 303

Innovación educativa 272

Inovação metodológica e tecnológica 166

Instrumentos de avaliação 38, 41, 56

Intenciones 123, 139

L

Laicidade 12, 13, 14, 24, 25

Literatura 38, 41, 42, 44, 45, 46, 55, 57, 60, 85, 102, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 165, 236, 238, 239, 243, 248, 288, 290, 294, 298, 300, 302, 303, 309, 310

Livros didáticos 15, 20, 260, 261, 263, 264, 265, 267, 268, 270, 271

M

Materialismo histórico-dialético 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 97, 98, 100

N

Negros 22, 209, 247, 248, 249, 254, 255, 256, 257, 258, 259

Neoliberalismo 1, 9, 10, 104

P

Pedagogia hospitalar 73, 74, 75, 77, 78, 87

Pesquisa 13, 15, 16, 18, 19, 24, 25, 40, 56, 72, 76, 82, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 108, 109, 121, 122, 145, 146, 150, 153, 156, 157, 164, 178, 183, 184, 185, 189, 191, 192, 201, 210, 212, 216, 217, 218, 219, 222, 224, 225, 258, 260, 261, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 282, 284, 290, 292, 293, 294, 297, 298, 300, 302, 320

PNLD Campo 260, 261, 263, 264, 270, 271

Pobreza 11, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 182, 249

Pós-abolição 247, 250, 253, 254, 255, 258

Precarização do trabalho docente 106, 108, 115, 116, 120, 122

Professor 7, 17, 25, 39, 62, 65, 66, 79, 85, 101, 102, 111, 112, 113, 114, 119, 120, 121, 150, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 192, 210, 218, 231, 250, 252, 253, 260, 266, 267, 268, 269, 270, 320

Professores e produção de materiais 260

Programa Bolsa Família 27, 32, 34

R

Roteiros pedagógicos 57, 59, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 70

S

Sathya Sai Baba 224, 225, 234, 235

Silêncio 290, 291, 292, 293, 297, 298, 300, 301, 302, 303

Sociologia das religiões 12

Sujeito-adolescente 290, 291, 292, 293, 294, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303

Superior 1, 2, 4, 5, 6, 28, 40, 55, 58, 63, 70, 71, 91, 92, 93, 94, 99, 100, 104, 107, 109, 118, 120, 121, 129, 130, 134, 138, 140, 141, 148, 155, 156, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 265, 305, 306, 308, 310, 311, 316, 317, 318, 319, 320

T

TAP y TAR 123

Tutoria 59, 106, 110, 113, 114, 115, 116, 118, 120, 121, 122

V

Valores humanos 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234

Versos e rimas 157, 158, 163

Violência 9, 29, 31, 34, 35, 227, 228, 229, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 301, 302, 303

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Educação

enquanto fenômeno social:

Democracia e emancipação humana



Atena
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

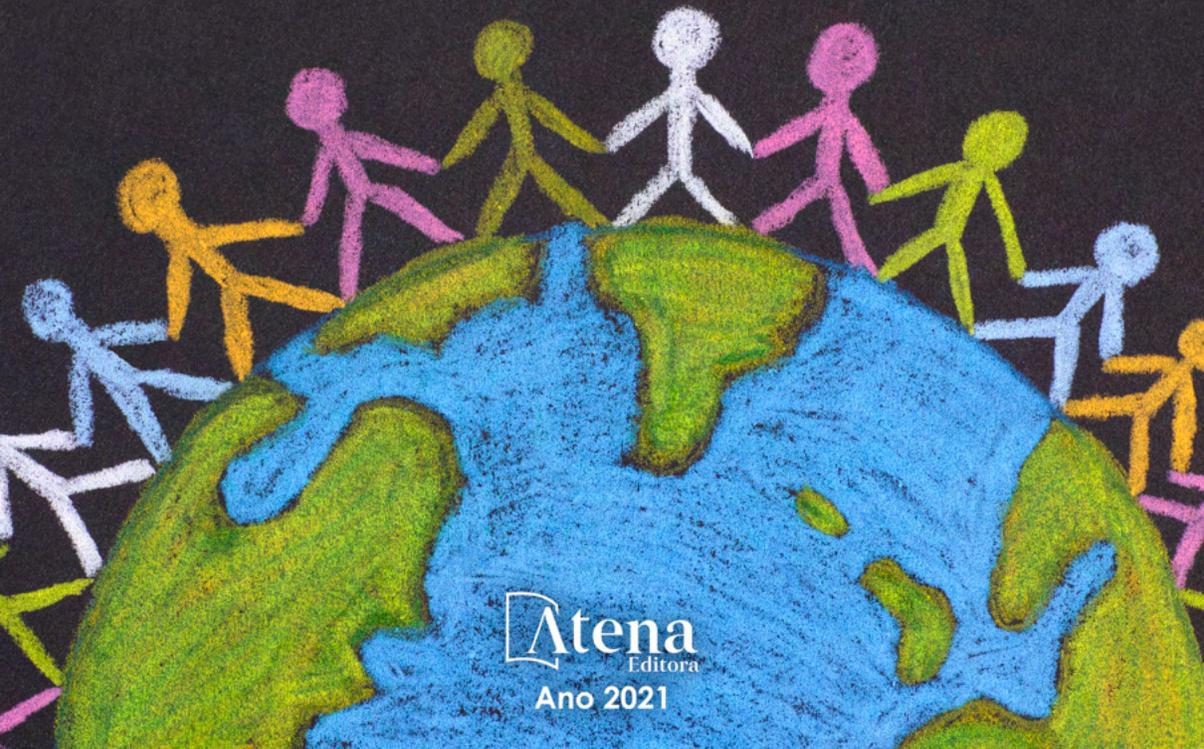
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Educação

enquanto fenômeno social:

Democracia e emancipação humana



Atena
Editora
Ano 2021